



BRICS

6º Fórum Acadêmico

6th Academic Forum

Rio de Janeiro - Brasil

**RELATÓRIO DO
6º FORUM ACADÊMICO DO BRICS**



RELATÓRIO DO 6º FÓRUM ACADÊMICO DO BRICS

Sob os auspícios do Conselho de Think Tanks do BRICS (BTTC), nos dias 18 e 19 de março de 2014, o 6º Fórum Acadêmico do BRICS teve lugar no Palácio da Cidade, no Rio de Janeiro, Brasil. Os debates centraram-se em dez sessões técnicas, cinco em cada um dos dois dias. A seguir estão os principais pontos abordados pelos palestrantes e os subseqüentes debates com os participantes. As opiniões aqui expressas não são necessariamente aquelas endossadas pelo BTTC.

Sessão 1 - BRICS e seus vizinhos - Comércio e Investimento

Esta sessão destinou-se a desenhar algumas possibilidades para aumentar a cooperação comercial e de investimentos entre os países do BRICS, bem como seus respectivos vizinhos. O comércio deve ser visto como um caminho para o desenvolvimento socioeconômico, e não um fim em si mesmo.

Além disso, os membros da sessão reconheceram que há uma tendência global de mega-acordos transcontinentais, que vão muito além dos velhos acordos de livre comércio, colocando novos desafios, mas, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades. Neste contexto, a importância das relações econômicas inclusivas com os vizinhos de cada membro foi mencionada por alguns dos debatedores - um modelo que promove a prosperidade econômica, contribuindo para mitigar a pobreza, o desemprego e a desigualdade. Existe a possibilidade de esses países trabalharem como centros (*hubs*) de comércio e de investimento em suas respectivas regiões, como forma de promover o desenvolvimento e promover a estabilidade. Foi mencionado que alguns dos países do BRICS têm muitas complementaridades produtivas com os seus vizinhos, enquanto outros competem dentro de suas próprias vizinhanças. Também foi dito que o comportamento dos países do BRICS na arena global não pode ser dissociado de suas políticas externas regionais.

Como conclusão, a ação global pelo BRICS deve ser coerente com o seu papel percebido como promotores de desenvolvimento. Sugeriu-se que as áreas naturais para o aprofundamento da cooperação poderiam ser: os serviços e seus vínculos (telecomunicações, transporte, financiamento ao comércio exterior, etc); redução do tempo e dos custos de transação para o comércio intra-BRICS; promover a possibilidade de criação de cadeias de valor entre os cinco países ("feito no BRICS"); e forjar uma agenda comum para o comércio multilateral.

Sessão 2 - O Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Os participantes destacaram os desafios comuns entre os cinco países em relação a estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo. As principais questões levantadas foram: a necessidade de continuar o combate à pobreza; a inclusão de um programa para investimento em infraestrutura na nova instituição financeira de desenvolvimento, a fim de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs); o problema demográfico do envelhecimento da população, o que já está acontecendo em alguns países e previsto em outros; e a necessidade de melhorar os dados e indicadores, possibilitando desagregá-los a nível local, a fim de identificar as necessidades das comunidades.

Além disso, houve um entendimento comum de que os países do BRICS devem compartilhar experiências sobre o desenvolvimento sustentável inclusivo. Além disso, os palestrantes previram a oportunidade do BRICS agir em conjunto para influenciar a formação da agenda pós-2015. A transição dos ODM para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) foi uma questão de debate. O BRICS deve enfatizar os aspectos-chave da infraestrutura, o desenvolvimento, a erradicação da pobreza, e a gestão sustentável das florestas e reservas naturais neste debate.

Sessão 3 – A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do BRICS

A sessão abordou o Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda realizado em Busan, com o objetivo de forjar uma "nova parceria", mais ampla e inclusiva. No entanto, argumentou-se que o Grupo Interim pós-Busan - o que eventualmente levou ao estabelecimento da Aliança Mundial para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (GPEDC) - não reflete mais o caráter abrangente do processo de Busan.

Enquanto os objetivos da cooperação para o desenvolvimento têm que ser considerados em vários níveis: nacional, internacional, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as metas de desenvolvimento pós-2015, é importante estabelecer diferenças entre os modelos de cooperação Norte-Sul e Sul-Sul. Este pode não ser o momento certo para discutir os esforços da OCDE-CAD para modernizar o conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Nesse contexto, o papel do "Banco de Desenvolvimento do BRICS" foi discutido, bem como a importância de construir um marco conceitual padronizado para medir as diferentes formas de cooperação. O Banco de Desenvolvimento do BRICS foi mencionado como uma oportunidade para o

desenvolvimento econômico e regional, e para coordenar as políticas para diferentes projetos. A cooperação mais estratégica implicaria absorver as experiências dos países para se preparar para uma cooperação mais aprofundada. Enfatizou-se a importância de uma posição comum do BRICS em relação ao desenvolvimento internacional e trabalho coletivo e sobre questões como os Princípios da Cooperação Sul-Sul e metodologias para avaliação de impacto.

Dimensões sugeridas para as políticas:

- 1) Maior intercâmbio de conceitos e explorar o escopo para o intercâmbio de quadros de referência estatísticos;
- 2) As agências nacionais poderiam ter uma maior cooperação entre si;
- 3) Explorar abordagens coletivas para o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento das Nações Unidas (FCD) do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), e a Aliança Mundial para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (GPEDC);
- 4) Pesquisas empíricas sobre o que os países do BRICS estão fazendo em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento;
- 5) A demonstração de solidariedade nos países menos desenvolvidos para promover a autossuficiência.

Sessão 4 – CTI e Desafios de Inovação no BRICS

Esta sessão foi dedicada à discussão do papel da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Os palestrantes apresentaram as diferenças dos investimentos em P&D, comparando seus países com aqueles de alta renda. Uma visão compartilhada entre os palestrantes foi a de que a inovação é a chave para superar a armadilha da renda média. Neste contexto, argumentou-se que há uma lacuna entre a parte dos países do BRICS na produção científica mundial e em inovação, medida por patentes registradas.

A necessidade de aumentar o investimento privado em P&D foi mencionada por alguns dos palestrantes e foi sugerida a criação de mecanismos para financiar as empresas, a fim de promover a inovação. O fortalecimento da interação entre empresas e universidades é também visto como um desafio comum. Além disso, os indicadores tradicionais - como o número de patentes e investimentos em P&D como percentagem do PIB - foram questionados como suficientes para lidar com as complexidades do fenômeno. O que ficou claro, no entanto, é que as melhorias devem ser feitas para a coleção de dados sobre P&D e inovação, tanto a nível nacional como em todo o BRICS. Foi sugerido que os conjuntos de dados devem ser complementados com estudos de caso.

Os participantes concordaram sobre a necessidade de criar novos padrões de cooperação entre os países do BRICS, como uma forma de reduzir a lacuna tecnológica experimentada pela maioria destes. A cooperação entre os países do BRICS em indicadores de CTI é fundamental para melhorar a compreensão do papel da inovação no desenvolvimento social, econômico e político. Intercâmbio de experiências sobre modelos de criação de empresas, financiamento, bem como a relação entre empresas e universidades também devem ser encorajados. Neste contexto, a experiência chinesa foi apontada pela maioria dos palestrantes como importante para ser levada em consideração. Além disso, uma vez que os países do BRICS acolhem uma grande parte da população mundial, devem ser mais ativos na elaboração das regras que regem a Internet.

Como conclusão, a maioria dos palestrantes enfatizou que a inovação tem que ser vista no contexto de um Sistema Nacional de Inovação. Isto significa que se tem de levar em conta outras dimensões relacionadas, tais como os sistemas educacionais e financeiros, bem como o quadro regulatório de cada país.

Sessão 5 – Temas de Paz e Segurança

O objetivo da sessão foi retratar os riscos e as ameaças atuais à segurança internacional e as possibilidades de cooperação neste campo. Já que a arquitetura de segurança global está mudando, algumas questões precisam ser consideradas para reorganizar a governança global de acordo com as transformações de poder. Alguns participantes afirmaram que a situação atual exige um papel mais responsável pelo BRICS. A cibersegurança foi um tema predominante na discussão, que mencionou temas como espionagem, privacidade, direitos civis e a regulação do espaço cibernético internacional e tecnológico. Também foi mencionado que o atual contexto internacional é único em termos de definição do futuro da arquitetura de segurança da informação. Por meio de seu Conselho Empresarial, o BRICS poderia desempenhar um papel fundamental na regulação do ambiente da Internet.

Alguns palestrantes salientaram que o BRICS poderia fazer maiores esforços no sentido de ter maior peso político nas instituições multilaterais. Embora existam alguns interesses que se sobrepõem em algumas áreas, ainda há espaço para a cooperação em áreas de interesses comuns, como a luta contra o terrorismo, a pirataria e o tráfico de drogas, operações de paz, entre outros. No que diz respeito ao terrorismo, houve sugestões para que se estabeleça um quadro de respostas regionais que poderia ser suplementado com a criação e financiamento de um centro para o estudo do terrorismo.

Também foi feita referência à cadeia de eventos que culminou com a separação de Crimeia da Ucrânia e sua admissão à Federação Russa.

Sessão 6 - Novas Classes Médias: Grupos Emergentes em Países Emergentes

Nesta sessão, as apresentações revelaram a ausência de uma metodologia comum para classificar classes médias. Alguns se concentraram em definições baseadas na renda, utilizando diferentes critérios numéricos, enquanto outros focaram em outros indicadores, tais como a ocupação (empregador ou empregado) e o nível de especialização dos trabalhadores. Começando com análises históricas sobre a formação de classes médias dos países desenvolvidos no século 19, houve um entendimento comum de que um processo semelhante está acontecendo contemporaneamente nos países emergentes. Diferentes dados nacionais foram apresentados. Enquanto alguns defendiam que as crescentes classes médias podem garantir a estabilidade política, uma vez que esta classe defende a democracia, outros destacaram os desafios subjacentes a este fenômeno, como as limitações de recursos, o aumento do consumismo, as questões ambientais e a crescente demanda por melhores serviços públicos.

Sessão 7 - A Rápida Urbanização: o Desafio das Megacidades

As megacidades enfrentam desafios para se tornar mais inclusivas e democráticas. Megacidades têm sido reconhecidas como centros (*hubs*) de investimentos estrangeiros internacionais, que é resultado de uma agenda para atrair investimentos. Neste sentido, a localização das megacidades tem que oferecer retornos ao capital financeiro que tem sido investido.

Apesar da grande quantidade de investimento, essas cidades enfrentam uma dualidade: áreas ricas se concentram em pequenos espaços, enquanto nas periferias existe pobreza, desigualdade de renda e desemprego. Neste contexto, o cenário dos problemas das megacidades está relacionado aos engarrafamentos, à poluição do ar, escassez extrema de oferta, deficiências na infraestrutura e na criação de emprego, falta de habitação para os pobres e a extrema vulnerabilidade a riscos. Além do mais, o aumento da imigração das áreas rurais para áreas urbanas agrava esses problemas. Devido à impossibilidade de acomodar todos os novos habitantes, mais favelas estão sendo construídas, carentes de infraestrutura e serviços públicos. Por último, mas não menos importante, por causa dessa dualidade, megacidades têm a tendência de concentrar tensões que poderiam levar a explosões sociais, como a Primavera Árabe.

No momento, sete das maiores megacidades existentes estão localizadas em países do BRICS, o que significa que esses países têm um grande desafio na redução das desigualdades e na promoção da justiça social e ambiental, bem como nos direitos civis e humanos. Nesse sentido, a cooperação entre as instituições, a partilha de conhecimentos, experiências e inovação, a definição de padrões de dados comparáveis e a investigação multidisciplinar sobre

padrões comuns são exemplos de iniciativas que podem ser úteis para enfrentar a questão da rápida urbanização.

Sessão 8 - Produtividade e a Armadilha da Renda Média

Esta sessão discutiu como os países do BRICS podem escapar da armadilha de renda média. Houve uma discussão sobre a definição deste conceito. Duas definições alternativas foram sugeridas: a) desaceleração do crescimento após alcançar certo nível de renda per capita; e b) o esgotamento das fontes intensivas em recursos de crescimento (migração da agricultura de subsistência para manufaturas e serviços). De acordo com essas definições, Brasil, Rússia e África do Sul estão, provavelmente, na armadilha de renda média, enquanto a Índia está longe disso, já que seu nível de renda ainda é relativamente baixo. Houve um debate sobre se a China tem atualmente alcançado este nível, tendo em vista o seu nível de renda per capita.

De acordo com alguns palestrantes, é necessário compreender os canais pelos quais as reformas políticas podem sustentar o crescimento elevado. A alta produtividade deriva da formalização das atividades econômicas, incentivos institucionais, inovação, ciência e tecnologia, economias de escala, entre outros. Foi mencionado que os países do BRICS devem evitar uma situação em que os benefícios do crescimento econômico sejam limitados a um pequeno setor de suas populações. Algumas das perguntas sem respostas colocadas pelos debatedores foram: Quais devem ser os condutores do crescimento econômico? Como encontrar o equilíbrio entre a intervenção do Estado e a atividade privada? A transformação estrutural adversa é uma característica de países de renda média? Pode o desenvolvimento do século XXI estar baseado na industrialização? Há espaço para uma versão moderna de política industrial?

Para responder a essas perguntas será necessário o desenvolvimento de metodologias mais robustas, bem como a produção de melhores dados. Contudo, existem alguns pontos de consenso, tais como que os países do BRICS necessitam: melhorar o seu ambiente de investimento; reduzir a corrupção; investir em infraestrutura; abrir suas economias ao comércio e melhorar sua capacidade de inovar. Os países do BRICS precisam desenvolver uma estratégia de desenvolvimento coerente. Entretanto, foi mencionado que alguns destes países ainda têm mercados de trabalho duais, deixando espaço para o crescimento econômico por meio da fabricação.

Sessão 9 - BRICS e a Governança Global

Os palestrantes começaram suas apresentações por meio da introdução de informações históricas e contemporâneas sobre a evolução da ordem internacional, suas características e status quo, desde o fim da II Guerra Mundial. Houve um entendimento comum de que, desde o fim da Guerra Fria,

uma mudança de poder gradual nas relações internacionais tem sido observada. No entanto, as alterações não estão sendo acompanhadas por transformações nas principais instituições internacionais, em termos de distribuição de poder, normas, regras e valores, como pode ser observado na ONU, FMI, Banco Mundial e OMC. O surgimento do BRICS é visto no contexto de tais transformações. Em relação à reforma do Conselho de Segurança da ONU, enquanto alguns palestrantes defenderam a urgência da questão, outros expressaram a necessidade de amadurecer a ideia, uma vez que o papel a ser desempenhado pelos países emergentes ainda é incerto.

Os participantes compartilharam a opinião de que o agrupamento deveria aumentar sua capacidade de falar com uma só voz, a fim de reformar as instituições multilaterais de governança global. Algumas áreas onde essas reformas poderiam ser implementadas são: questões ambientais, paz e segurança, agricultura e comércio internacional, entre outros. Também foi reconhecido que, embora o BRICS possa experimentar divergências e concorrência entre os seus membros em algumas áreas específicas, há espaço para a cooperação em muitas outras. Por exemplo, existe um potencial significativo para a cooperação em desafios comuns enfrentados pelo BRICS, como a gestão das megacidades, a redução da pobreza e a melhoria da governança doméstica. Outro entendimento comum entre os palestrantes é a necessidade de continuar a discussão sobre os procedimentos operacionais, métodos, critérios, meios de capitalização e outras questões relacionadas com a criação de um novo banco de desenvolvimento.

Finalmente, houve um debate sobre como o BRICS pode participar na governança mundial. Três possibilidades foram apresentadas: i) BRICS abrindo seu caminho através das organizações existentes; ii) BRICS criando suas próprias instituições, convênios e acordos como uma imagem espelhada da ordem existente e iii) BRICS interferindo com as instâncias de governança global para descobrir formas de explorar oportunidades e nichos até então ignorados.

Sessão 10 - Tecnologias Sociais

Nesta sessão, os palestrantes concentraram sua atenção principalmente na apresentação de programas sociais adotados por seus próprios países para combater a pobreza nas últimas duas décadas. Enquanto alguns começaram por definir tecnologias sociais, pobreza, desigualdade e suas relações com o desenvolvimento, outros preferiram comparar programas recentes, normalmente bastante complexos, multidimensionais e participativos (e com o conhecimento local) com programas sociais anteriores, com características diferentes.

Houve um foco na comparação de programas sociais do BRICS, tendo em vista suas diversidades (por exemplo, o Bolsa Família, Keiskammahoek e Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi). Foi também um entendimento comum de que, mesmo que estas economias emergentes tenham experimentado um crescimento rápido e alguma redução notável da pobreza nos últimos anos, ainda há muito trabalho a fazer nesta área, especialmente se outros indicadores sociais são levados em conta. Por exemplo, melhores indicadores precisam ser desenvolvidos, para fazer face às necessidades locais. Em um sentido geral, a diversidade de experiências deve ser vista como uma oportunidade para fazer avançar a aprendizagem mútua entre os países do BRICS.